



21 DE JANEIRO DE 2016

Quarta-feira

- TRABALHADORES DA GM DECIDEM MANTER PARALISAÇÃO
- FIAT CONFIRMA NOVAS FÉRIAS COLETIVAS EM BETIM
- SEGUNDA PARCELA DA PLR INJETA R\$ 25 MI
- METAIS IMPRESSOS EM 3D COM TINTA LÍQUIDA E FERRUGEM
- BSBIOS ANUNCIA INVESTIMENTO DE R\$ 82 MILHÕES NO PARANÁ
- PARANAENSES PASSAM PELO VALE DO SILÍCIO PARA APRIMORAR NEGÓCIOS
- QUEDA DO PREÇO DO PETRÓLEO NÃO CHEGA AO CONSUMIDOR
- TAXA BÁSICA DE JUROS É MANTIDA EM 14,25%
- ACÇÕES DA COPEL CAEM QUASE 50% EM TRÊS MESES
- FUNDOS AMPLIAM VANTAGEM SOBRE A POUPANÇA COM SELIC A 14,25%
- FUNCIONÁRIOS DA BRF AMEAÇAM ENTRAR EM GREVE NO PARANÁ
- 'CPMF É UMA POUPANÇA NECESSÁRIA', DIZ NELSON BARBOSA SOBRE RECRIAR TAXA
- ARTIGO: POLÍTICA EXTERNA DO BC
- FÓRUM DEBATE A EVOLUÇÃO DAS COMPRAS AUTOMOTIVAS NO BRASIL
- VOLKSWAGEN PODE TER DE INDENIZAR CONSUMIDOR EUROPEU POR FRAUDE
- LIMINAR REDUZ CONTA DE ENERGIA DE EMPRESAS
- FORTE EM CARROS POPULARES, VOLKS É A MONTADORA QUE MAIS PERDE NA CRISE
- REAJUSTES SALARIAIS DE NOVEMBRO E DEZEMBRO PERDERAM PARA A INFLAÇÃO, DIZ FIPE
- ATIVIDADE ECONÔMICA PIOROU DE FORMA 'CONTÍNUA E INTENSA' EM 2015, AVALIA FGV

- SETOR PRODUTIVO APROVA DECISÃO DO BANCO CENTRAL DE NÃO AUMENTAR A TAXA DE JUROS
- JUIZ ABRE AÇÃO POR DESVIOS NA PETROBRAS DESDE O GOVERNO FHC
- MANUTENÇÃO DOS JUROS EM 14,25% AO ANO FOI SENSATA, DIZ CNI
- EXPORTAÇÃO PRECISA SER ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO, DIZ DIEGO BONOMO
- CNI DEFENDE QUE GOVERNO ASSINE ACORDOS DE PATENTES COM CHINA, COREIA DO SUL, JAPÃO E UNIÃO EUROPEIA
- DÍVIDAS, DEMOGRAFIA E CRISES INTERNAS ENTERRAM AMBIÇÕES DE PAÍSES DO BRICS
- UE ABRE INVESTIGAÇÃO SOBRE APOIO DA BÉLGICA E DA ITÁLIA PARA INDÚSTRIA DE AÇO
- SETORES DE SIDERURGIA E PETRÓLEO PERDEM IMPORTÂNCIA NO IBOVESPA
- APÓS DESASTRE EM MARIANA, BHP REDUZ ESTIMATIVA PARA PRODUÇÃO DE MINÉRIO DE FERRO
- SETOR SERÁ DIZIMADO POR UMA REGRA EQUIVOCADA, DIZ AFIF SOBRE ICMS
- COMÉRCIO ENTRE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA CAIU 21% EM 2015
- ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS FEDERAIS EM 2015 TOTALIZA R\$ 1,221 TRILHÃO, DIZ RECEITA

CÂMBIO		
EM 21/01/2016		
	Compra	Venda
Dólar	4,152	4,152
Euro	4,525	4,527

Fonte: BACEN

Trabalhadores da GM decidem manter paralisação

21/01/2016 – Fonte: Diário do Comércio

O sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos afirmou que a paralisação dos 5 mil trabalhadores da General Motors (GM) na cidade do interior de São Paulo seguirá por tempo indeterminado até que a companhia apresente uma proposta para a segunda parcela da Participação nos Lucros e Resultados (PLR) que seja considerada "satisfatória" pela categoria. "Continuamos parados e aguardamos uma posição da empresa", afirmou o

secretário-geral do sindicato da categoria na cidade, Renato de Almeida.

Os funcionários da GM na cidade iniciaram a paralisação na segunda-feira passada, após rejeitarem em assembleia a proposta de R\$ 4.250 para a segunda parcela da PLR de 2015. Em julho do ano passado, eles receberam R\$ 8,5 mil referentes à primeira parte do benefício.

Em reunião entre sindicalistas e representantes da empresa ainda na segunda-feira, a oferta foi elevada para R\$ 5 mil, valor novamente rejeitado pela categoria. De acordo com Almeida, os metalúrgicos almejam receber R\$ 7 mil na segunda etapa do PLR, para que o benefício do ano passado totalize R\$ 15 mil. Um valor abaixo deste é considerado "muito inferior" ao pago em 2014, quando ficou em R\$ 16,3 mil, segundo representantes dos trabalhadores.

Procurada, a GM não quis se manifestar. Na segunda-feira, ao comentar a paralisação, a montadora citou em nota o encolhimento de 26% do mercado brasileiro de veículos como fator que "aprofunda ainda mais a deterioração da posição financeira da companhia".

Fiat confirma novas férias coletivas em Betim

21/01/2016 – Fonte: Diário do Comércio

A Fiat Chrysler Automóveis (FCA) confirmou, conforme adiantado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, que dará novas férias coletivas para os funcionários da planta da Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A montadora informou que a medida vai durar 20 dias, a partir da próxima quarta-feira.

Em nota, a Fiat detalhou que, desta vez, as férias coletivas envolverão os trabalhadores de três linhas de produção, sendo que, durante o período, apenas uma linha permanecerá ativa. "O objetivo é ajustar a produção à demanda de mercado", justificou a montadora no texto do documento.

O novo período de férias acontecerá menos de um mês após os trabalhadores da planta mineira voltarem de férias coletivas entre o Natal e o *Réveillon*. Esse tipo de medida vem sendo adotada pela montadora desde 2014 para fazer frente ao desaquecimento do mercado automotivo. Só no ano passado, a Fiat informou ao sindicato dos trabalhadores local, que foram 41 dias de paradas técnicas e 70 de férias coletivas.

Isso significa que foram 111 dias a menos de operação nas linhas, o que indica redução na produção. A Fiat não informa quantos veículos saíram da planta em 2015, mas desde 2014 a montadora registra queda de produção frente 2013, quando bateu recorde, com 847,1 mil veículos saindo de suas linhas.

Fenabrave - De acordo com dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave), as vendas de veículos da Fiat despencaram em 2015.

No período, os emplacamentos de automóveis e comerciais leves da marca italiana chegaram a 439,1 mil carros contra 698,2 mil unidades em 2014, uma queda de 37,2%. Em números redondos, foram 259,1 mil veículos a menos.

A redução fica ainda mais grave quando considerado o desempenho das vendas em 2014, quando os emplacamentos de automóveis e comerciais leves da Fiat haviam caído.

A montadora vendeu 698,2 mil veículos naquele ano contra 762,9 mil em 2013, uma queda de 8,5%, conforme dados da Fenabrave.

Segunda parcela da PLR injeta R\$ 25 mi

21/01/2016 – Fonte: Diário do Grande ABC

A segunda parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) dos funcionários da fábrica da General Motors em São Caetano, que será paga ainda neste mês, irá injetar pouco mais de R\$ 25 milhões na economia do Grande ABC. Cerca de 5.900 trabalhadores das áreas operacional e administrativa irão receber o benefício, no valor de R\$ 4.250. A primeira parte da gratificação, de R\$ 6.000, foi depositada em julho do ano passado.

Em assembleia na manhã de ontem, os empregados da montadora aprovaram a oferta de R\$ 4.250. Até terça-feira, a proposta da empresa era de R\$ 3.500.

“Conseguimos elevar o valor. Não é o ideal, mas é algo significativo diante da conjuntura econômica atual, de queda na produção, retração de mercado e fechamento do segundo e terceiro turnos”, comenta o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Caetano, Aparecido Inácio da Silva, o Cidão. Somadas as duas parcelas, o valor total da PLR 2015/2016 foi de R\$ 10.250 – montante que é 22,9% inferior ao que foi pago no ano anterior (R\$ 13,3 mil).

Outra reivindicação feita pelo sindicato e atendida pela empresa é a antecipação da primeira parcela do 13º salário para o início de fevereiro. O objetivo é aumentar o poder de compra dos trabalhadores no início do ano.

Sobre o impasse envolvendo a criação de alternativa ao fechamento do clube da GM, Cidão disse que ainda não chegou a acordo com a Prefeitura.

REDUÇÃO DA JORNADA - A MTR Topura, de Ribeirão Pires, aprovou a adesão ao PPE (Programa de Proteção ao Emprego), plano criado pelo governo federal que permite ao empregador reduzir em até 30% a carga horária e os salários pagos por tempo determinado. A empresa possui 140 funcionários e produz peças como parafusos, arruelas e rebites. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC informa que outras duas fábricas devem ser incluídas no programa até a semana que vem.

Já a VMG Elétrica, de Diadema, que atua na área de automação industrial, fez movimento contrário e saiu do PPE. A companhia tem 60 trabalhadores e retomou as atividades em ritmo normal depois que a Volkswagen nacionalizou parte da sua produção, o que elevou a demanda.

Metais impressos em 3D com tinta líquida e ferrugem

21/01/2016 – Fonte: CIMM

A impressão 3D de metais avançou muito nos últimos anos, já sendo possível imprimir peças com gradientes de metais diferentes.

Agora uma equipe de engenheiros da Universidade Northwestern, nos EUA, criou uma forma de imprimir objetos metálicos tridimensionais usando limalhas e, acredite, ferrugem, tudo disposto na forma de tintas em estado líquido ou pastoso.

Enquanto os métodos atuais usam "camas" de metal em pó e lasers de alta potência ou feixes de elétrons, a nova técnica utiliza tintas líquidas e fornos comuns, resultando em um processo mais rápido, mais barato e mais uniforme.

Além disso, o novo método funciona para uma vasta variedade de metais, misturas de metais, ligas, compostos e óxidos metálicos, incluindo o óxido de ferro ou ferrugem.

"Nosso método expande enormemente as arquiteturas e metais que somos capazes de imprimir, o que realmente abre a porta para uma série de diferentes aplicações," disse a engenheira Ramille Shah, coordenadora da equipe.

Extrusão e sinterização

Em vez de uma fonte de energia muito intensa, como um laser ou um feixe de elétrons usados para fundir as partículas de um pó metálico, usados nos métodos convencionais para impressão 3D de metais, o novo método dispensa o chamado "leito de pó" e o feixe de energia, além de dividir o processo em duas etapas: a impressão e a fusão das camadas.

Metais impressos em 3D com tinta líquida de ferrugem

A primeira etapa usa uma tinta líquida de metal, ou uma mistura de pós metálicos, solventes e um ligante de elastômero, sendo essa tinta liberada através de um bocal, a temperatura ambiente.

Apesar de começar com uma tinta líquida, o material extrudido pelo bocal solidifica-se instantaneamente e se funde com o material já depositado, permitindo fabricar objetos grandes que podem ser manipulados imediatamente.

Na segunda etapa, já em sua forma definitiva, a peça é recozida por aquecimento em um forno comum, um processo conhecido como sinterização, no qual os pós metálicos se unem sem fusão.

"Ao separar a impressão e a sinterização, parece que complicamos o processo," comenta o professor David Dunand. "Mas, na verdade, ele nos liberou, já que cada passo é muito mais fácil separadamente do que a abordagem combinada".

Essa simplificação deverá auxiliar no aprimoramento da técnica, com vistas à obtenção de peças que possam diminuir ou eliminar a necessidade de tratamento final.

BSBIOS anuncia investimento de R\$ 82 milhões no Paraná

21/01/2016 – Fonte: CIMM

O governador do Paraná, Beto Richa, assinou nesta segunda-feira (18) protocolo de intenções com a fabricante de biodiesel BSBIOS para a ampliação da sua fábrica em Marialva, no Norte do Estado.

O projeto de investimento, de R\$ 82 milhões, está enquadrado no programa de incentivos Paraná Competitivo. O projeto fortalece os investimentos industriais no interior e, além disso, utilizará matéria-prima fornecida por agricultores.

O governador ressaltou que o investimento se dá em um momento bastante delicado para o País. "Em meio a uma crise econômica aguda, em que os investidores e empreendedores estão retraídos, preocupados com os rumos da nossa economia, o Paraná continua a atrair investimentos de maneira sistemática", afirmou Richa.

"Contribuem para esse resultado o bom diálogo com o setor produtivo, baseado em respeito, segurança jurídica e bons programas, como o Paraná Competitivo, que concede benefícios fiscais para investimentos", acrescentou.

Expansão

O projeto da BSBIOS é duplicar a capacidade de produção de biodiesel e de glicerina em Marialva. A previsão é que até o final de 2016 a ampliação esteja concluída, com capacidade de 416 mil metros cúbicos por ano, contra os 208 mil metros cúbicos atuais.

A expectativa é elevar o faturamento da unidade de Marialva, de R\$ 590 milhões, em 2015, para R\$ 700 milhões nesse ano e com potencial para alcançar R\$ 1 bilhão em 2017. A

fábrica, que tem 100 funcionários, vai ampliar o número de empregados em 20% com o projeto de expansão.

O diretor presidente da empresa, Erasmo Carlos Battistella, ressaltou que o apoio do governo estadual foi fundamental para a decisão de investir em Marialva. "A fábrica começou a funcionar em 2010 e já duplicamos sua capacidade.

Agora faremos novos investimentos para novamente dobrarmos a sua produção", afirmou. A oferta de matéria-prima na região, principalmente grão e óleo de soja, e o fácil acesso ao mercado de consumo de São Paulo também contribuíram para os investimentos em expansão.

Produtores familiares

A matéria - prima utilizada na produção do biodiesel – óleo de soja e gordura animal - é comprada de produtores familiares do Paraná. De acordo com Battistella, atualmente a empresa adquire os insumos de 4,5 mil produtores familiares no Paraná, número que, com a ampliação, poderá chegar a 6 mil.

Para o prefeito de Marialva, Edgar Silvestre, o projeto vai gerar ainda mais benefícios para o município. "A BSBIOS é nossa maior empresa, que foi responsável por elevar a participação da indústria no PIB do município. Esse investimento mostra que o governo do Paraná abriu as portas para as cidades do interior", afirmou.

Interior

Richa destacou que o Paraná tornou, nos últimos anos, mais homogênea a distribuição de investimentos. "Cerca de 70% dos novos investimentos foram para o Interior do Estado. O exemplo maior é o da Klabin, em Ortigueira, nos Campos Gerais. É o maior investimento privado do Estado, que foi para uma região de baixo IDH e que vai gerar ainda receita para 12 municípios, com a partilha do ICMS", lembrou.

Richa também destacou o fato de o Paraná ter subido posições e se tornado o segundo Estado mais competitivo do País, atrás apenas de São Paulo, de acordo com pesquisa do grupo The Economist e ter se tornado a quarta economia mais forte do País, superando o Rio Grande do Sul.

"Além disso, o Paraná investe em infraestrutura, o que garante custos de produção menores para as empresas do Estado. Somente nesse ano o Paraná vai investir cerca de R\$ 8 bilhões, volume maior do que o que foi aplicado nos quatro anos do nosso primeiro mandato."

Para o secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, o Paraná vem conseguindo se diferenciar dos demais Estados.

"Enquanto se observa a queda da atividade econômica, o Paraná olha para frente, com ajuste fiscal e parceria para atração de investimentos. É um ganha-ganha, que gera investimento, renda e beneficia populações mais carentes", disse.

Mercado

O projeto da BSBIOS vem no embalo do crescimento do mercado de biodiesel. O Brasil é o segundo maior produtor mundial de biodiesel - atrás apenas dos Estados Unidos - com uma produção 4 bilhões de litros em 2015, segundo dados da Associação dos Produtores de Biodiesel do Brasil (Aprobio).

Hoje o combustível renovável, considerado menos poluente do que o fóssil, é adicionado ao óleo diesel, atualmente na proporção de 7%, ou puro em projetos autorizados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). Em Curitiba, os ônibus que circulam na Linha Verde, por exemplo, funcionam com biodiesel puro.

A glicerina, por sua vez, pode ser utilizada como aditivo em formulações de ração animal, dentre outras aplicações.

“Agora teremos uma nova fase, com a possibilidade de adicionar até 20% de biodiesel para frotistas e 30% para agricultores, ferrovias e indústrias”, disse Battistella, que também é presidente da Aprobio. A expectativa da entidade é que o mercado cresça 10% em 2016.

Paranaenses passam pelo Vale do Silício para aprimorar negócios

21/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Ponto de encontro de negócios inovadores, o Vale do Silício é um celeiro de ideias para empreendedores brasileiros que têm a oportunidade de passar por processos de aceleração na Califórnia, nos Estados Unidos.

Com a experiência, muitos trazem na bagagem startups mais produtivas e com maior potencial de crescimento, fruto das lições aprendidas com mentores, investidores e trabalhadores altamente qualificados.

Uma das percepções comuns a todos é a necessidade de criar soluções que resolvam problemas abrangentes de maneira mais escalável o possível, ou seja, com o mínimo de custo.

Para isso, eles aprendem que é preciso investir em tecnologia, processos de automação de plataformas e design de interfaces para entregar soluções de qualidade aos clientes. E entendem a importância das métricas para saber quais ações estão gerando resultados.

Apesar de os conselhos e dicas serem recorrentes durante um processo de aceleração, muito parte da iniciativa do próprio empreendedor de buscar conhecimento e implementar mudanças em seus negócios.

“A aceleradora é uma plataforma. Somos nós que fazemos as melhorias no dia a dia”, explica Emília Chagas, CEO e cofundadora da Contentools, plataforma catarinense de gestão de conteúdo voltada para equipes de marketing, acelerada pela 500 Startups no ano passado.

Muita conversa

Também não basta estar no Vale do Silício para conseguir investimento. “Você não vai chegar lá e conseguir conversar direto com bons investidores. O caminho é ir a eventos e conhecer pessoas próximas que façam a ponte”, diz Wagner Bonfiglio Mariotto, cofundador da Já Entendi, startup que trabalha com a capacitação de trabalhadores usando métodos lúdicos, também acelerada pela 500 Startups.

Antes de procurar uma aceleradora dos Estados Unidos, o empreendedor precisa ter ciência do estágio em que está o seu negócio. Um dos principais indicadores é a tração, ou seja, quando é possível provar que a sua ideia é capaz de impactar outras pessoas e angariar clientes.

“Para entrar lá, tem que estar com uma curva de crescimento acelerada. E o nível de exigência é mais alto para quem é de fora”, afirma Tiago Dalvi, CEO e fundador da Olist.

“Aprendemos a empoderar o funcionário. A empresa é um catalisador da produtividade deles e precisa entender o que vai agregar valor para a equipe.” – (Wagner Bonfiglio Mariottocofundador da Já Entendi).

“Todas as conversas trazem muitos insights. O empreendedor brasileiro precisa perder o medo do contato, o medo de contar a sua ideia para outras pessoas.” – (João Zaratinecofundador da ContaAzul).

“Dinheiro é só um catalisador. Se o negócio está indo bem, o dinheiro vai impulsionar. Se está indo mal, vai acelerar a derrocada.”- (Alessio Alionçofundador e CEO da Pipefy).

Conselhos

Confira as principais dicas dos brasileiros que tiveram suas startups aceleradas no Vale do Silício:

Apelo global

Startups que resolvem problemas abrangentes de forma disruptiva têm maior potencial de crescimento.

“Começar um negócio global dá o mesmo trabalho que começar um local. Se você criou uma inovação tecnológica, precisa ser capaz de vender para o mercado global”, diz Alessio Alionço, fundador da Pipefy. O consultor e investidor-anjo Allan Costa completa: “Pode até começar resolvendo um problema local, mas com visão global”.

Design

Criar plataformas atrativas e intuitivas, que facilitem a vida do usuário, deve ser uma das premissas de toda startup.

“Aprendemos que o design é muito mais funcional”, afirma o catarinense João Zaratine, cofundador da ContaAzul, uma das primeiras startups brasileiras a ser acelerada pela 500 Startups, em 2011. Até mesmo a “simples” mudança na cor de um botão é capaz de impactar o negócio.

Métricas

Medir todas as ações e processos implementados é uma necessidade básica para qualquer startup que queira dar passos mais largos. “Aprendemos a medir tudo: de onde vêm os clientes, taxas de conversão, aceitação de mudanças, distribuição”, explica Zaratine, da ContaAzul. Com tudo documentado, fica mais fácil aprovar ou reprovar ações e conseguir investidores.

Automatização

Aumentar o número de clientes sem elevar os custos na mesma proporção é uma meta comum aos empreendedores. A solução é automatizar os processos de gestão e interação, sem perder o foco na qualidade.

“Antes, nosso processo de interação com o cliente era intensivo em pessoas e agora ele opera mais automatizado. Com isso, aumentamos a nossa produtividade”, diz Emília Chagas, CEO e cofundadora da Contentools.

Pivotar

Mudar o rumo do negócio também é uma saída para driblar barreiras e atuar em um mercado mais rentável. “Fomos como Solidarium e voltamos como Olist”, comenta Tiago Dalvi, fundador das startups aceleradas no Vale.

Durante o processo, ele percebeu que seu primeiro negócio, a Solidarium, sofria com a concorrência de grandes marketplaces. Ele, então, criou a Olist, que conecta micro e pequenos empreendedores a grandes varejistas.

Queda do preço do petróleo não chega ao consumidor

21/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



As cotações do petróleo caíram mais de 70% desde meados de 2014, mas a economia brasileira dificilmente ganhará algo com isso. O mais provável é que continue sofrendo apenas os efeitos negativos desse movimento.

Em condições normais, combustíveis e outros derivados da commodity ficariam mais baratos, o que reduziria custos de produção e transporte de uma infinidade de produtos. Isso ocorre em vários países. Mas, no Brasil, esses mercados são dominados pela Petrobras, e ela, com problemas de caixa, não parece disposta a diminuir preços tão cedo.

Por outro lado, o barril barato inviabiliza alguns campos de petróleo, desestimula investimentos e esvazia a carteira de encomendas dos fornecedores do setor, com reflexos já observados na atividade econômica.

As cotações mais baixas também afetam a arrecadação do setor público. O pagamento de royalties e participações especiais caiu 31% em 2015, o que significou R\$ 11 bilhões a menos nos cofres da União, estados e municípios. Nova queda é esperada para este ano.

Orçamento revisto

O esquema de corrupção revelado pela operação Lava Jato já havia obrigado a Petrobras a cancelar projetos. Na semana passada, ela voltou a rever planos, desta vez por causa da alta do dólar e das novas baixas na cotação do óleo. O plano de negócios, que antes previa o desembolso de US\$ 130 bilhões até 2019, encolheu para US\$ 98 bilhões.

Na bolsa

As ações da Petrobras voltaram a cair nesta quarta (20). Os papéis preferenciais fecharam em queda de 4,93%, a R\$ 4,43. As ações ordinárias se desvalorizaram em 3,57%, a R\$ 5,93. O desempenho foi mais uma vez afetado pelo declínio do preço do petróleo, o que também fez com que o dólar fechasse o dia a R\$ 4,12. O barril do Brent, negociado em Londres, caiu 2,71%, para US\$ 27,97.

A estatal vem pisando no freio há dois anos. Em 2013, quando investiu R\$ 104 bilhões, ela respondeu por 9,4% de todos os investimentos produtivos do país. No ano passado, conforme valores acumulados em 12 meses até setembro, o desembolso foi de R\$ 80 bilhões e sua fatia no total nacional, de 7,2%.

Perdas e ganhos

Parte da dificuldade de caixa da Petrobras vem da política de preços imposta pelo governo. Analistas estimam que, de 2011 a 2014, a empresa perdeu algo entre R\$ 46 bilhões e R\$ 54 bilhões ao não reajustar os preços dos combustíveis à medida que o petróleo subia lá fora.

Agora, novamente na contramão, a companhia cobra bem mais caro que o mercado internacional. Desde que o preço do petróleo começou a cair, ela reajustou duas vezes a gasolina e o diesel nas refinarias, em novembro de 2014 e setembro de 2015.

Questionada sobre a trajetória dos preços domésticos de agora em diante, a Petrobras respondeu que “tem como referência o alinhamento com os preços internacionais, com base numa visão de médio prazo”, sem refletir a volatilidade das cotações do barril e da taxa de câmbio.

Para Rafael Schiozer, professor da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Eaesp), é pouco provável que a gasolina ou o diesel caiam para o consumidor. “Antes, a Petrobras sofreu com o governo segurando preços para conter a inflação. Agora, ela não baixa para se salvar um pouco”, diz.

Segundo ele, a empresa também tende a manter os preços de outros derivados, como o querosene de aviação, o gás natural e a nafta, principal insumo da indústria petroquímica. “Se houver queda, será pequena, porque o mercado não é perfeitamente competitivo.”

Dívida

Com a queda das cotações do petróleo, a Petrobras terá menos dinheiro para investir e também para pagar duas dívidas. “Esperava-se que, entre 2016 e 2018, a empresa pagasse dois terços das dívidas em vencimento e rolasse um terço. Agora, a expectativa é de que pague metade e role o restante”, diz Rafael Schiozer, da FGV.

Queda no preço do barril ameaça pré-sal

Por mais que a Petrobras ganhe dinheiro no curto prazo, cobrando caro pela gasolina e o diesel, a empresa tem muito a perder com a queda das cotações do petróleo. Seu principal negócio, afinal, é a produção de óleo bruto.

Em meados do ano passado, a companhia projetava um preço médio de US\$ 70 por barril entre 2015 e 2019. Em outubro, revisou a previsão para US\$ 55 e, na semana passada, para US\$ 45. Quanto mais baixo o preço, menos retorno dão os investimentos, principalmente no pré-sal, que já responde por 36% da produção da empresa.

Em diferentes ocasiões, executivos disseram que os campos do pré-sal seriam rentáveis com o barril vendido a partir de US\$ 40 ou US\$ 45. Mas o excesso de oferta global – calculado em 1,5 milhão de barris por dia pela Agência Internacional de Energia – levou a cotação abaixo de US\$ 28.

“O pré-sal não se viabiliza com um preço tão baixo. Até porque seu petróleo é mais barato que a cotação internacional, por ser mais pesado”, explica Leonardo Caio, coordenador do MBA Executivo em Petróleo e Gás da Fesp.

Bancos como o Morgan Stanley e o BofA já veem o barril abaixo de US\$ 20 em breve, e o Standard Chartered fala em US\$ 10. Por outro lado, alguns analistas ponderam que o preço baixo acabará limitando a oferta, empurrando as cotações para cima em algum momento. Por esse motivo, a LCA Consultores aposta que o preço volte a US\$ 50 até o fim do ano.

Em meados do ano passado, a companhia projetava um preço médio de US\$ 70 por barril entre 2015 e 2019. Em outubro, revisou a previsão para US\$ 55 e, na semana passada, para US\$ 45. Quanto mais baixo o preço, menos retorno dão os investimentos, principalmente no pré-sal, que já responde por 36% da produção da empresa.

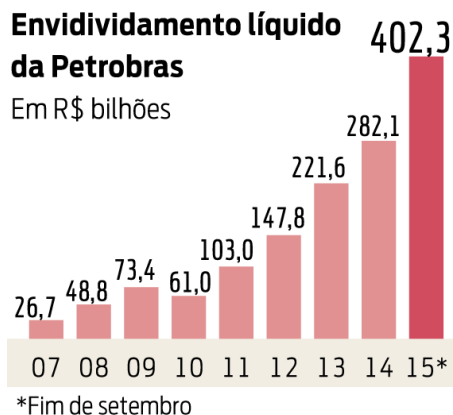
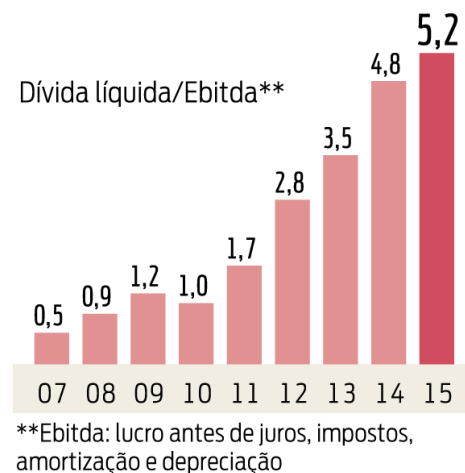
Em diferentes ocasiões, executivos disseram que os campos do pré-sal seriam rentáveis com o barril vendido a partir de US\$ 40 ou US\$ 45. Mas o excesso de oferta global levou a cotação abaixo de US\$ 28.

Mais dívida, menos investimento

Boa parte das dívidas contraídas pela Petrobras nos últimos anos serviriam para financiar investimentos. Mas as dificuldades de caixa, a alta do dólar, a queda dos preços do petróleo e os efeitos da operação Lava Jato obrigaram a empresa a investir menos.

Endividamento

A Petrobras deve o equivalente a mais de cinco anos de geração de caixa. Sua meta é que a relação dívida/Ebitda caia abaixo de 3 até 2018 e a menos de 2,5 até 2020.

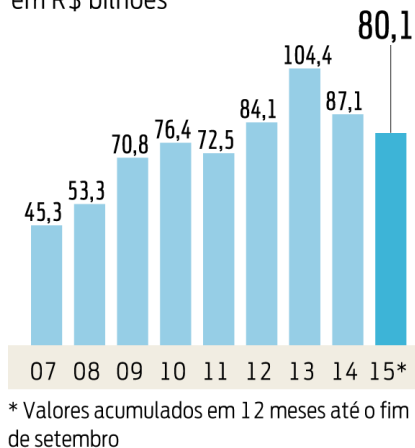


Investimento

Em 2015, a Petrobras investiu o menor valor desde 2011, segundo dados preliminares. E sua participação nos investimentos do país foi a mais baixa desde 2006.

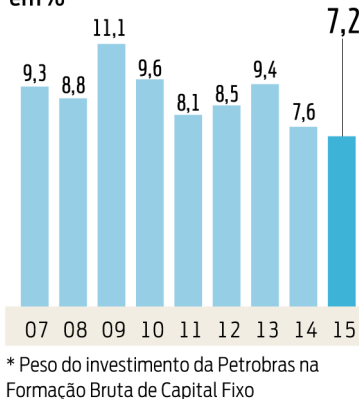
Investimentos da Petrobras

em R\$ bilhões



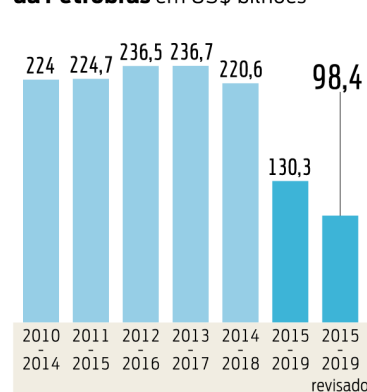
Participação no país *

em%



Plano de investimentos da Petrobras

em US\$ bilhões



Planos

Ao anunciar seu plano de negócios, em junho de 2015, a Petrobras planejava investir US\$ 130 bilhões até 2019. Na semana passada, cortou quase 25% do orçamento.

Taxa básica de juros é mantida em 14,25%

21/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

O Banco Central manteve nesta quarta-feira (20), por 6 votos a 2, a taxa básica de juros (Selic) em 14,25% ao ano. Foi a quarta reunião seguida em que a taxa foi mantida.

A manutenção era esperada por 15 (ou 26,3%) dos 57 economistas ouvidos pela agência internacional Bloomberg. A maioria, 28 (49,1%), apostava que a Selic subiria 0,50 ponto

percentual, para 14,75%. Já 14 (24,6%) previam alta de 0,25 ponto percentual, até 14,50%.

Uma nota do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, divulgada na véspera da decisão fez muitos economistas mudarem suas projeções. No texto, ele afirmou que considerava "significativas" as novas projeções do FMI (Fundo Monetário Internacional) indicando piora no cenário econômico brasileiro.

Como a taxa de juros "funciona"

A taxa de juros é o instrumento utilizado pelo BC (Banco Central) para manter a inflação sob controle ou para estimular a economia.

Se os juros caem muito, a população tem maior acesso ao crédito e, assim, pode consumir mais. Esse aumento da demanda pode pressionar os preços caso a indústria não esteja preparada para atender um consumo maior.

Por outro lado, se os juros sobem, a autoridade monetária inibe consumo e investimento – que ficam mais caros –, a economia desacelera e evita-se que os preços subam, ou seja, que haja inflação.

Com a alta da taxa básica de juros (Selic), o BC aumenta a atratividade das aplicações em títulos da dívida pública. Assim, começa a "faltar" dinheiro no mercado financeiro para viabilizar investimentos que tenham retorno maior que o pago pelo governo. Se a taxa cai, ocorre o inverso.

É por isso que os empresários pedem cortes nas taxas: para viabilizar investimentos, ainda mais em tempos de economia fraca, como agora. Nos mercados, reduções da taxa de juros viabilizam normalmente migração de recursos da renda fixa para a Bolsa de Valores.

Em um cenário normal, é também por esse motivo que as Bolsas sobem nos Estados Unidos ao menor sinal do Federal Reserve (BC dos EUA) de que os juros possam cair.

Para analistas, foi um recado do BC de que adotaria uma postura mais alinhada com o Palácio do Planalto, que prefere manter os juros inalterados para evitar mais abatimento econômico.

A manutenção dos juros em novembro já havia mostrado que o BC estava dividido. Na ocasião, dois diretores votaram pelo aumento de juros em 0,50 ponto porcentual, até 14,75% ao ano, enquanto seis decidiram deixar a taxa inalterada.

A decisão foi anunciada poucos dias depois de o boletim Focus apontar que a inflação deve encerrar o ano a 7%, após fechar 2015 em dois dígitos.

Inflação

A preocupação do Banco Central é levar a inflação ao centro da meta, de 4,5% ao ano, em 2017. Segundo o Focus, a expectativa é que o IPCA encerre o próximo ano a 5,40%.

A pesquisa mostra ainda que o mercado prevê que os juros terminem o ano em 15,25% e que caiam para 12,88% em 2017.

Na avaliação de analistas, a decisão de manter a Selic se baseia na desaceleração da atividade econômica pela qual passa o país.

A instituição tem dito que precisa manter os juros elevados para que a alta da inflação causada pelo dólar e pelo reajuste de tarifas e preços controlados não se espalhe por toda a economia. O desemprego causado pelo aperto na taxa, por exemplo, evita o repasse de toda a inflação para os salários.

A decisão de manter os juros também é amparada pela fraqueza econômica do país. Até novembro, a economia brasileira registrou queda de 3,9% no ano, de acordo com o indicador de atividade do Banco Central, o IBC-Br.

A expectativa do mercado é que, após fechar 2015 com queda superior a 3%, o PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro caia 2,99% neste ano, segundo o boletim Focus. Para 2017, a projeção é de crescimento de 1% – embora o FMI veja estagnação e recuperação apenas em 2018.

Os juros estão hoje no maior patamar em nove anos. A próxima reunião do Copom ocorrerá nos dias 1º e 2 de março.

Com taxa Selic a 14,25%, é preciso ficar mais atento para não se endividar

Com a manutenção da taxa básica de juros (Selic) em 14,25% ao ano, os juros médios cobrados das pessoas físicas serão de 139,64% ao ano (ou 7,56% ao mês), segundo cálculos da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade). É a mesma taxa registrada em dezembro.

Com a Selic neste patamar, é preciso ficar mais atento às contas mensais para não se endividar, cortando gastos desnecessários e evitando contrair empréstimos enquanto os juros não diminuam.

Para Mauro Calil, especialista de finanças do banco Ourinvest, a principal dica é não entrar em nenhum empréstimo bancário.

“O consumidor deve evitar, a todo custo, pedir dinheiro emprestado para o banco. O melhor é pagar tudo à vista ou, então, utilizar empréstimos somente para compra de bens duráveis, como um imóvel.”

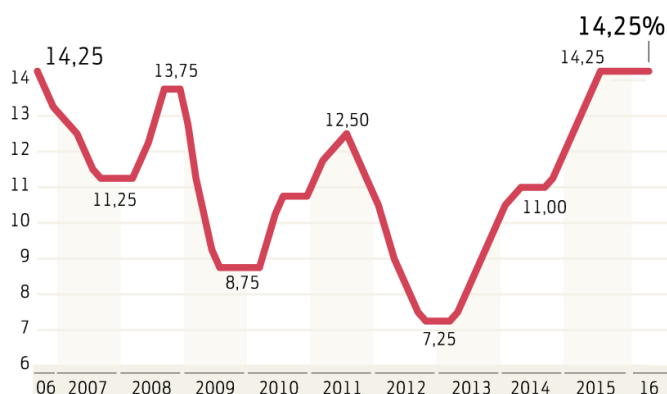
Os juros de créditos mais caros para o consumidor, como cartão de crédito e cheque especial, devem seguir elevados.

Mas o momento não é só de pessimismo. Quem conseguir investir terá um bom retorno, aproveitando a taxa alta de juros. A única ressalva é a aplicação em poupança, que deve, pelo segundo ano, perder para a inflação. Em 2015, a caderneta rendeu 8,07%, contra IPCA de 10,67%.

Para aproveitar o momento, as melhores opções são CDBs (Certificados de Depósitos Bancários), títulos públicos ou fundos de renda fixa, afirma Calil.

SEM MUDANÇAS

Pela quarta vez seguida, o Copom decidiu não mexer na taxa básica de juros, que segue em 14,25% ao ano.



Ações da Copel caem quase 50% em três meses

21/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



As ações preferenciais da Copel voltaram a cair e fecharam o pregão de quarta-feira (20) cotadas a R\$ 17,75 na BM&FBovespa, 0,56% abaixo do valor de fechamento anterior.

Com a baixa, a sétima consecutiva, os papéis acumulam desvalorização de quase 50% em apenas três meses. Na comparação com o fechamento de 20 de outubro (R\$ 33,30), as cotações recuaram 47%, atingindo os níveis mais baixos desde 2009.

As demais companhias elétricas também perderam valor nesse período, mas a queda média foi mais suave. O IEE, índice que reflete o desempenho das principais empresas do setor, caiu 22% nos mesmos três meses.

Energia mais barata

Uma série de fatores está por trás do recuo da Copel, segundo analistas. Um relatório do banco BTG Pactual relacionou o movimento à forte queda dos preços da energia no mercado à vista ("spot"). Esse ambiente, onde as geradoras negociam a parte da sua produção que está "descontratada", garantiu lucros significativos para a Copel nos últimos anos, mas já não é tão atraente.

O PLD, preço de referência do mercado spot, estava acima de R\$ 200 por megawatt-hora (MWh) três meses atrás. Com as chuvas enchendo reservatórios em várias regiões, o valor caiu até chegar a R\$ 30,25 por MWh nesta semana, diminuindo o potencial de faturamento das empresas do setor.

Segundo o analista Victor Martins, da corretora Planner, outro aspecto que pode estar pesando na avaliação dos investidores é o crescente endividamento da Copel. Segundo o último balanço, referente ao terceiro trimestre de 2015, a dívida líquida da estatal é de quase R\$ 5,9 bilhões.

"Em 2010, a Copel tinha mais caixa do que dívidas. Em setembro do ano passado, a dívida líquida chegou ao equivalente a 2,7 vezes a geração de caixa", diz Martins. "Não é um indicador ruim. Está adequado ao tamanho da empresa. Mas sabe-se que ela está investindo para aumentar a geração de energia, e que investir ficou muito mais caro no Brasil."

Problemas setoriais

Martins também cita como fontes de pressão as dificuldades enfrentadas pelas companhias elétricas com as constantes mudanças na regulação do setor e a aversão ao risco que tem marcado os mercados financeiros nos últimos meses, que derrubou as cotações da maioria das ações negociadas na BM&FBovespa.

"Além disso, o investidor olha muito os pares da empresa ao fazer negócios. As ações da Cemig, que também é uma empresa estatal e integrada [gera, transmite e distribui energia], também caíram muito nos últimos meses. Então o preço da Copel acaba caindo junto", explica Martins.

Fundos ampliam vantagem sobre a poupança com Selic a 14,25%

21/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Com a decisão do Banco Central de manter, nesta quarta-feira (20), a taxa básica de juros (Selic) em 14,25% ao ano, os fundos de renda fixa ganham da poupança na maioria dos cenários desenhados, considerando prazos de resgate e valores de taxas de administração distintos.

A estimativa é da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade).

Mesmo com o rendimento da poupança em 0,68% ao mês, segundo cálculo da associação, a caderneta perde para os fundos de renda fixa que têm taxa de administração até 2% ao ano em quaisquer prazos.

A caderneta ganha dos fundos que têm taxa de administração de 2,5% ao ano se o resgate for feito em até um ano e perde quando o prazo é superior a esse período.

Quando a taxa sobe para 3% ao ano, a caderneta ganha quando o resgate ocorre em até dois anos e empata se o prazo for superior.

ALTERNATIVAS

Outras aplicações também ganham força no cenário de Selic a 14,25% ao ano. Os cálculos são de Samy Dana, professor da FGV (Fundação Getúlio Vargas). A inflação para este ano está prevista em 7% e isso deve ser levado em consideração antes de definir em qual produto aplicar.

Mesmo com remuneração de 80% do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro, taxa de juros nos empréstimos entre bancos), o CDB leva vantagem sobre a caderneta de poupança. Enquanto o rendimento da poupança fica em 7,44% ao ano, o CDB aplicado pelo mesmo período renderia 8,04%.

Se o período for elevado para mais de dois anos, o rendimento anualizado desse CDB subiria para 8,82%, já que a alíquota do Imposto de Renda sobre os juros obedece a uma tabela regressiva que começa em 22,5% e vai caindo gradativamente até alcançar 15%.

No caso da LCI/LCA (Letras de Crédito Imobiliário e do Agronegócio, respectivamente), a taxa de retorno fica ainda mais atrativa por causa da isenção de IR para pessoas físicas. De acordo com Samy Dana, se o investidor conseguir uma taxa de 70% do CDI, a remuneração será de 9,02%. Se a taxa for de 90% do CDI, o retorno sobe para 11,74%.

O Tesouro Selic (título público pós-fixado que segue o juro básico), com custo de 0,3% de custódia e zero de corretagem, tem retorno em até seis meses de 10,81% e de 11,86% acima de 24 meses.

Funcionários da BRF ameaçam entrar em greve no Paraná

21/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Os funcionários da BRF – empresa resultante da fusão de Sadia e Perdigão – no Paraná ameaçam entrar em greve na próxima segunda-feira (25) caso a empresa não reajuste os salários em 10,33%. Os trabalhadores reivindicam também aumento da cesta básica de R\$ 150 para R\$ 210 e melhores condições de trabalho.

Segundo o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Paraná (FTIAPR), Ernane Garcia Ferreira, a categoria espera desde novembro uma negociação com representantes da BRF para tratar do reajuste salarial. Ferreira afirma que

a empresa só entrou em contato com os funcionários em janeiro e propôs um aumento 50% menor do que o previsto pelo sindicato.

Na semana passada, parte dos trabalhadores das unidades da BRF de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Carambeí fez uma paralisação de 48 horas. A ação ocorreu na quarta e na quinta-feira, dias 13 e 14 respectivamente, e teve adesão média.

Caso não aconteça uma negociação nesta semana, o movimento grevista deve ganhar força. A expectativa da FTIAPR é que todas as fábricas da Brasil Foods no Paraná entrem em greve na segunda-feira (25).

Protesto

Nesta quarta-feira (20), cerca de dez pessoas, entre trabalhadores e representantes sindicais, fizeram uma manifestação durante a posse do novo Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Estado do Paraná, Márcio Pessatti, em Curitiba.

Uniformizados, eles entregaram ao ministro do Trabalho e Previdência Social, Miguel Rossetto, também presente na cerimônia, um documento com as reivindicações da categoria. A intenção é forçar a empresa a negociar.

Negociação

Em nota, a BRF afirmou que apresentou propostas de reajuste salarial para os funcionários das unidades de Toledo e Paranaguá – ambas seriam votadas ainda nesta quarta-feira e também nesta quinta (21). “A empresa segue em negociação com as outras unidades”, completa a nota.

'CPMF é uma poupança necessária', diz Nelson Barbosa sobre recriar taxa

21/01/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



"A CPMF é uma poupança necessária", disse o ministro Nelson Barbosa, da Fazenda, nesta quarta-feira (20), em Davos, na Suíça, no primeiro dia oficial do Fórum Econômico Mundial.

"É necessário contar com ela para atravessar essa fase de turbulência econômica. Sem esse aumento vai demorar mais tempo para recuperarmos a economia. É importante para trabalhadores e empresários", afirmou.

"A CPMF é um desafio, e é nosso dever convencer as lideranças políticas e a sociedade [de sua urgência]."

A expectativa do governo é atingir uma arrecadação de R\$ 10 bilhões a partir de setembro, se a reedição do imposto for aprovada pelo Congresso até maio.

A medida é importante para a meta de superavit primário (a poupança destinada ao abatimento da dívida pública) de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto) em 2016.

Em seu primeiro evento internacional como ministro da Fazenda, Barbosa teve vários encontros.

REEQUILÍBRIO

A investidores, contou ter dito que o Brasil está em um processo de reequilíbrio macroeconômico, em meio a um ambiente internacional adverso, e que o governo concretizou medidas sinalizadas no início de 2015.

"Lembrei que o governo colocou como prioridade encerrar ou revisar programas, como o PSI (Programa de Sustentação do Investimento), que acabou, e de subsídio à energia. Isso foi feito na direção correta e na velocidade possível", disse.

O ministro acrescentou que o governo continuará a avançar com medidas que estão no Congresso Nacional e que mudam de modo estrutural a trajetória de gastos públicos. Barbosa defendeu ainda que a economia brasileira oferece boas oportunidades em infraestrutura e outras áreas.

"Somos a sétima ou oitava economia e [o país] não pode ser esquecido." Recordou também que foram feitos marcos regulatórios em 2015, nas áreas de portos, aeroportos. "Teremos nas telecomunicações, o que abrirá novas oportunidades. Muito se avançou, mas vamos reduzir a inflação e aumentar o emprego."

Para isso, disse que o país está voltando a mecanismos de crédito anteriores a 2008. Citou mais uma vez os bancos públicos: "Nada mais é que o BNDES usar sua liquidez, mas sem equalizar a taxa de juros, o FGTS oferecer "funding" e, no crédito agrícola, onde o Banco do Brasil tem excesso de liquidez e pode aproveitar".

Tudo isso, sem criar custo adicional para o Tesouro Nacional, frisou.

INVESTIDORES

De investidores, o ministro, segundo contou, ouviu sugestões para destravar investimento: para melhorar o mercado financeiro, desenvolver fontes privadas de financiamento de longo prazo, para a área de seguros, e medidas regulatórias, sem detalhar que medidas estão sendo estudadas.

Barbosa disse esperar uma retomada da economia a partir do segundo semestre. Entre os eventos do dia, o ministro foi o principal palestrante de um almoço organizado pelo Itaú Unibanco, teve reuniões com banqueiros estrangeiros e com a diretora-gerente do FMI (Fundo Monetário Internacional), Christine Lagarde.

O Fundo revisou nesta semana a projeção de contração do PIB brasileiro em 2016, de 1,0% para 3,5%. "O Fundo faz revisões periódicas. As previsões são incertas", comentou o ministro. "Estamos no início do ano e as pessoas têm de fazer projeções para ganhar seu negócio."

Sobre o comentário do ex-presidente Lula, de que a presidente Dilma Rousseff tenha mais ousadia e se concentre na recuperação econômica e na geração de emprego, o ministro disse que não havia visto as declarações de Lula.

"É uma liderança importante no Brasil, que ouvimos, mas o governo tem ações de recuperação do crescimento para restabelecer as condições de crédito na economia sem requerer custo fiscal."

Artigo: Política externa do BC

21/01/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

Nesta semana, o presidente do Banco Central golpeou o que restava de credibilidade na política econômica com um vaivém de expectativas que gerou desconfiança generalizada no Brasil e no exterior. Fiel a seu estilo, Dilma arrematou: "O BC não é uma instituição independente".

A conta desse experimento malfadado cairá nas costas de quem depende de salário e emprego. É possível que o governo chegue ao fim do mandato com uma economia menor e mais empobrecida do que encontrou ao assumir as rédeas.

O problema, no entanto, não se esgota aí. Os vaivéns do BC também estão tendo sérias consequências sobre as relações exteriores do país.

Responsável por 48% do PIB da América do Sul, o Brasil é o maior investidor, credor e consumidor da vizinhança. A Bovespa é a principal e mais líquida das Bolsas de Valores sul-americanas, ao passo que o real desenvolveu nessas duas décadas uma zona de influência a seu redor.

Quando o Brasil exporta crise para seus vizinhos, termina importando problemas graves. Afinal, a América do Sul é hoje essencial para a saúde da economia brasileira. A dependência com os vizinhos é mútua.

Num momento em que todos os países da vizinhança padecem de um contexto global de juros em alta e de preços de commodities em baixa, a crise brasileira pode ser explosiva. O Banco Central deveria estar emitindo sinais claros que permitissem a governos estrangeiros ter o tempo para mitigar os impactos negativos da crise. Sem isso, o que resta é desconfiança numa região da qual dependemos.

Este governo é o que é, e não parece que vai mudar de toada. Mas é hora de começarmos a imaginar as linhas básicas da diplomacia financeira que será necessária para recolocar o Brasil nos trilhos quando tivermos a próxima transição presidencial.

A prioridade absoluta é reconhecer que o Banco Central é uma das instituições públicas de maior impacto sobre as relações exteriores. Portanto precisa ter os instrumentos para gerir sua realidade de forma inteligente.

O BC possui hoje dez escritórios no país, mas nenhum no exterior. Não conta com um embaixador itinerante para explicar suas posições no exterior nem costuma convidar representantes de bancos centrais estrangeiros para sessões do Copom (Comitê de Política Monetária).

Quase toda a cooperação técnica que o BC oferece na atualidade vai para África, Cuba e Suriname, não para a América do Sul, onde o impacto da política monetária é mais sentido. Não há mecanismos para gerir a interdependência.

É hora de começar a conceber uma diplomacia financeira equipada para valer.

(Matias Spektor - É doutor pela Universidade de Oxford e ensina relações internacionais na FGV).

Fórum debate a evolução das compras automotivas no Brasil

21/01/2016 – Fonte: Automotive Business

Edvaldo Pico, gerente executivo de compras da Volkswagen do Brasil, confirmou participação no programa de palestras e debates do VII Fórum da Indústria Automobilística, que Automotive Business promoverá em 28 de março no Golden Hall do WTC, em São Paulo.

Ele será um dos debatedores do painel de compradores que irá analisar os novos cenários para a cadeia de suprimentos automotivos, que sofre intensamente o impacto da queda nas vendas de veículos, ao lado dos diretores de compras da Mercedes-Benz, Erodes Berbetz, da General Motors, Rogério Negrão, e da Ford, Roxana Molina. Stephan Keese, diretor da Roland Berger, também participará da sessão de debates.

A evolução das compras automotivas será um dos principais temas do Fórum, que convidou uma centena de profissionais da área de suprimentos e engenharia dos fabricantes de veículos para participar de um workshop de relacionamento, com estandes personalizados para cada empresa que atua no mercado local. A ideia é promover o relacionamento, estimulando a aproximação entre os fornecedores de autopeças e as montadoras.

A nova estrutura da cadeia de suprimentos em tempos de crise e preparação para a retomada dos negócios será também pauta de um painel de debates com representantes do Sindipeças e os consultores David Wong, da AT Kearney, e Maurício Muramoto, da Deloitte.

Os convidados para essa sessão vão analisar o resultado de uma pesquisa em tempo real conduzida entre os participantes do Fórum, destacando as fragilidades e as oportunidades na cadeia de produção de componentes automotivos.

A abertura do VII Fórum da Indústria Automobilística caberá ao presidente da Anfavea, Luiz Moan, que na ocasião estará se despedindo da presidência da entidade, a ser ocupada por Antonio Megale, diretor de relações institucionais da Volkswagen, a partir de abril.

As perspectivas para a economia serão avaliadas por Octavio de Barros, economista-chefe e diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco.

Letícia Costa, sócia-diretora da Prada Assessoria, analisará os caminhos que as empresas do setor automotivo vão trilhar nos próximos anos, reinventando-se para buscar fôlego no mercado local e nas exportações, que começam a ganhar força com a nova realidade cambial.

Fernando Trujillo, consultor sênior da IHS Automotive, Vitor Klizas, presidente da Jato Dynamics, e Carlos Reis, diretor da Carcon Automotive, apresentarão as projeções de mercado para veículos leves e pesados e as mudanças que ocorrem na segmentação das vendas por tipo de veículo e região.

Um painel tratará especificamente do segmento de veículos comerciais, com a presença de diretores da Ford, Iveco, MAN, Mercedes-Benz, Scania e Volvo, e avaliará como os fabricantes de caminhões e ônibus estão sendo postos à prova ante a brutal queda nas vendas em 2015 e a falta de perspectivas de recuperação este ano.

Volkswagen pode ter de indenizar consumidor europeu por fraude

21/01/2016 – Fonte: Automotive Business

O Comitê Industrial da União Europeia (UE) pressiona a Volkswagen para que ela ofereça compensações aos consumidores que tiveram seus carros envolvidos no dieselgate, a fraude em motores diesel para que eles passassem em testes de emissões apesar de poluírem mais do que o permitido.

A organização não sugere como esse ressarcimento deve ser feito, apenas pede que a companhia reveja a posição anunciada em novembro do ano passado, quando o grupo declarou que não ofereceria nenhuma indenização aos clientes afetados pela trapaça.

Na ocasião a empresa apenas reforçou que trabalhava em um pacote de medidas para garantir que os donos dos veículos fossem incomodados o mínimo possível durante o processo de recall. Elzbieta Bienkowska, que integra o comitê industrial da UE, enviou uma carta ao CEO do Grupo Volkswagen, Matthias Müller, no dia 15 de janeiro.

“Compensar os consumidores vai além de igualar as medidas legais tomadas na Europa com as adotadas nos Estados Unidos e tem papel fundamental para manter a imagem da

Volkswagen como uma companhia responsável e confiável”, declarou ela em trecho divulgado pela agência Reuters.

A Volkswagen admitiu ter adulterado os motores de 11 milhões de veículos vendidos no mundo. Só na Europa são 8,5 milhões de unidades. Nos Estados Unidos o problema afeta cerca de 500 mil veículos.

O país ainda não definiu as penalidades que serão impostas à Volkswagen pela fraude, mas deverá incluir indenizações aos consumidores afetados. A companhia já se comprometeu a ser generosa para contrabalançar o problema causados para os clientes da região.

IMPACTO NA QUALIDADE DO AR

Além de pressionar o grupo a ressarcir os consumidores, o comitê europeu quer saber detalhes dos veículos afetados. A organização pede o número preciso de carros envolvidos por país, além de detalhes técnicos das medidas que serão adotadas no recall dos veículos para corrigir o problema. Bienkowska cobrou da companhia informações sobre o possível impacto do excesso de emissões desses automóveis na qualidade do ar de cada região europeia.

Liminar reduz conta de energia de empresas

21/01/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Quatro associações conseguiram na terça-feira uma liminar para suspender parte do pagamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) – um encargo cobrado de todos os consumidores brasileiros para custear uma série de gastos no setor de energia elétrica.

A decisão da juíza Federal Cristiane Pederzolli Rentzsch, da 16ª Vara, beneficia as empresas representadas pela Anace (dos consumidores de energia); Abividro (da indústria de vidro); Abiclor (da indústria de álcalis, cloro e derivados); e Abiquim (da indústria química).

Para este ano, o orçamento previsto para a CDE – em audiência pública na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – é de R\$ 18,44 bilhões. Esse valor será dividido entre todos os consumidores residenciais, comerciais e industriais. No pedido de liminar, as associações argumentam que a CDE, criada para fomentar políticas públicas, hoje tem sua natureza “desvirtuada”.

A decisão liminar atinge dezenas de empresas de pequeno e médio porte. A partir de 2013, a MP 579 – que reduziu a conta de luz em 20% – mudou tanto o regime de arrecadação como o uso dos recursos da CDE.

O encargo ganhou uma série de atribuições, que inicialmente contaria com aportes do Tesouro Nacional para fechar a conta. Mas, com o ajuste fiscal e a falta de dinheiro do

governo federal, sobrou para os consumidores arcarem com os custos, que no ano passado somaram R\$ 25,2 bilhões.

A liminar conquistada esta semana suspende o pagamento referente a sete itens do orçamento da CDE. São eles: a subvenção tarifária equilibrada, para compensar o efeito da não adesão à prorrogação das concessões de geração em 2013; exposições das distribuidoras que ficaram sem contratos para atender toda a demanda nos últimos anos; operação de usinas termoeletricas; obras olímpicas; custos dos sistemas elétricos de Manaus e Macapá e do Gasoduto Urucu-Coari-Manaus; e reembolso do carvão mineral da térmica Presidente Médici.

Para a advogada responsável pelo processo Mariana Amin, do escritório Amim Sociedade de Advogados, a MP-579 promoveu uma distorção muito grande no encargo, que tem punido o consumidor livre. "Há dispêndios que não foram auditados, como os restos a pagar, e contas que não foram aprovadas pelo TCU (Tribunal de Contas da União), como os gastos com o carvão usado na térmica Presidente Médice."

Precedente. A decisão liminar beneficia dezenas de empresas de médio e grande porte, como Braskem, Basf, Weg, Unipar, Dow, Saint Gobain e Nadir Figueiredo. Boa para esses consumidores, a medida representa um problema para o governo federal. Sem dinheiro para fechar a conta, uma das alternativas será repassar para os demais consumidores que não estão amparados por decisão judicial.

É o que deve ocorrer com a liminar obtida no ano passado pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Na Nota Técnica que define as cotas anuais da CDE para 2016, a Aneel afirma que a decisão beneficiando os associados da Abrace, ainda em vigor, representou uma perda de arrecadação de R\$ 1,81 bilhão no ano passado.

"Não havendo alteração no orçamento da CDE de 2015 pelo Poder Executivo, essa perda de arrecadação será repassada aos demais consumidores de energia elétrica, não associados da Abrace, de forma a manter-se o equilíbrio econômico e financeiro do fundo setorial, preservando-se o custeio das políticas públicas no setor elétrico", afirma a agência na Nota Técnica, em audiência pública.

Agora, com a nova liminar, os problemas para a Aneel equacionar vão aumentar. "Essa decisão cria um precedente importante", afirma o superintendente da Abividro, Lucien Belmonte. Em outras palavras, significa que outras associações ou consumidores podem seguir o mesmo caminho e conseguir liminares suspendendo a cobrança. Até a tarde de ontem, a Aneel não havia sido notificada da nova liminar.

Forte em carros populares, Volks é a montadora que mais perde na crise

21/01/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Das quatro montadoras que lideram o mercado brasileiro de veículos leves, a Volkswagen foi a que viveu mais intensamente os ciclos do setor nos últimos 13 anos. De 2003 a 2012, quando o mercado experimentou dez anos seguidos de alta nas vendas, a empresa alemã foi a que melhor aproveitou o momento, elevando as vendas em ritmo superior ao de suas

principais concorrentes – Fiat, GM e Ford. Por outro lado, depois que o setor entrou em queda livre, em 2013, foi a que mais sofreu, com a maior retração acumulada desde então. Para analistas do setor, o carro mais conhecido da marca, o Gol, é o principal símbolo disso.

Líder do mercado por vários anos seguidos, o modelo perdeu seu reinado em 2014 para o Palio, da Fiat. Passou, então, a ocupar a segunda posição na preferência dos brasileiros. Em 2015, nova queda. O Gol caiu da segunda para a quinta posição, sendo ultrapassado pelos modelos Onix, da GM, HB20, da Hyundai, e Ka, da Ford.

Entre 2012 e 2015, as vendas de veículos leves da Volkswagen caíram 53%, de 768 mil para 359 mil unidades, 409 mil a menos, segundo dados da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Sozinho, o Gol responde por 51% desta redução, com uma queda de 211 mil unidades. O Palio, da Fiat, que também caiu, representa 15% da retração da montadora italiana.

Além de perder mercado para seus concorrentes tradicionais, o Gol viu outras marcas estrangeiras chegarem ao País com veículos a preços competitivos. A sul-coreana Hyundai veio com o HB20 e a japonesa Nissan trouxe o March.

“São veículos que ganharam espaço por proporcionarem um custo benefício melhor às famílias. Estas marcas conseguiram dar qualidade e brigar por preço”, afirma o economista Rodrigo Baggi, responsável por analisar o setor automotivo na consultoria Tendências.

Queda. Em meio a essa nova configuração, as quatro principais marcas perderam boa parte do mercado. Em 2003, elas representavam 82% das vendas de veículos leves. No ano passado, essa fatia caiu para 58%.

Considerando os últimos três anos de recuo do setor, a Volkswagen foi a que mais perdeu espaço. Saiu de 21,14% para 14,51% do total comercializado, uma perda de 6,63 pontos percentuais. Com isso, deixou de ser a segunda marca na preferência dos brasileiros para ser a terceira, sendo ultrapassada pela GM. Na competição entre montadoras, não mais entre modelos, a Fiat ocupa a liderança há 14 anos.

Apesar de a Volkswagen se destacar na tendência de queda, houve um fator que comprometeu os resultados de todas as quatro líderes: a retração da renda dos mais pobres.

“Com o aumento do endividamento, o orçamento das famílias ficou mais apertado. E, como sabemos, os que têm menos renda são os primeiros afetados pela crise e as marcas que oferecem veículos mais baratos são, portanto, as que mais se prejudicam”, afirma Baggi.

Além disso, o governo encerrou, no fim de 2014, o benefício da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), medida que encareceu o carro e afastou o consumo.

O inverso também ocorreu quando o mercado vivia um bom momento. Nos dez anos seguidos de alta, entre 2003 e 2012, as marcas mais populares foram as que mais cresceram.

Com políticas que elevaram o poder de compra do brasileiro – como a valorização do salário mínimo, o avanço da formalização do mercado de trabalho e a expansão do crédito –, as vendas quase triplicaram, de 1,3 milhão de unidades para 3,4 milhões.

Em 2012, o governo reduziu o IPI para veículos, com o objetivo de estimular ainda mais o consumo. A medida elevou o patamar de unidades vendidas para 3,6 milhões naquele ano, um novo recorde para o setor.

No fim das contas, entre 2002 e 2013, a Volkswagen deu, entre as quatro maiores montadoras, o maior salto nas vendas: 171%. A Fiat teve o segundo melhor desempenho, com crescimento de 146%. A Ford e a GM tiveram altas de 114% e 92%, respectivamente.

Resultados. A forte queda da Volkswagen no Brasil tem contribuído para piorar o resultado global da montadora. No ano passado, a empresa alemã registrou a primeira baixa nas vendas em todo o mundo em 13 anos. Em nota publicada em seu site oficial, a Volkswagen destacou alguns resultados por países e, entre eles, o do Brasil era o pior, com recuo de 38,1% nas vendas em relação a 2014.

Sobre o desempenho no mercado brasileiro, a Volkswagen do Brasil afirmou em nota que, mesmo diante do cenário desafiador, realizou investimentos para produzir um produto global por fábrica no País: up!, Jetta e Golf. Além disso, a empresa investiu R\$ 460 milhões na fábrica de motores, em São Carlos, para a produção de uma tecnologia global para motores.

Segundo a montadora, essa estratégia abre novas oportunidades tanto para o mercado externo como para o interno. Em 2015, as exportações da marca cresceram 35% em relação a 2014 e 10 pontos porcentuais a mais que o crescimento do setor automotivo brasileiro, que fechou 2015 com alta de 24,8% nas exportações.

Reajustes salariais de novembro e dezembro perderam para a inflação, diz Fipe

21/01/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os acordos de negociação salarial firmados em dezembro não conseguiram acompanhar o ritmo da inflação e, com isso, o trabalhador brasileiro terminou o ano com perda real em seu salário. É o que aponta levantamento feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), com base em dados do Ministério do Trabalho (MTE).

No ano passado, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) subiu 11%, enquanto os trabalhadores com carteira assinada tiveram em dezembro, na mediana, aumento salarial de 10%.

Em novembro os salários já haviam encolhido 0,3%, descontada a inflação, também levando em consideração a mediana dos reajustes. Novembro e dezembro foram os dois únicos meses do ano em que houve perda real de salários. De julho a outubro, os acordos conseguiram repor a alta dos preços.

De janeiro a junho sempre houve algum avanço real, mesmo que de apenas 0,1%, como em abril. O melhor mês para o trabalhador foi em janeiro, quando os salários tiveram alta mediana de 1,3% acima da inflação.

Nos 12 meses encerrados em dezembro, o setor de atividade que apresentou a maior queda foi o do agronegócio da cana-de-açúcar, com perda real de 1,3% nos salários. Os trabalhadores de extração e refino de petróleo aparecem logo em seguida, com recuo de 0,4%.

As cinco atividades que apresentaram maior ganho real foram limpeza urbana, asseio e conservação (1,8%), distribuição cinematográfica (1,5%), confecções e vestuário (1,2%), vigilância e segurança privada (1,2%) e refeições coletivas (1,1%).

No recorte geográfico, os cinco Estados com reajustes reais mais significativos nos 12 meses encerrados em dezembro foram Ceará (1,2%), Maranhão (1%), Alagoas (0,9%), Sergipe (0,9%) e Paraná (0,7%). Na parte de baixo do ranking, com perda real dos salários, ficaram Amazonas (-0,8%), Amapá (-0,8%), Espírito Santo (-0,6%), São Paulo (-0,3%) e Acre (-0,2%).

Atividade econômica piorou de forma 'contínua e intensa' em 2015, avalia FGV

21/01/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

A atividade econômica brasileira piorou de forma "contínua e intensa" ao longo do ano de 2015 e chegou a novembro com uma queda acumulada de 3,2% em 12 meses, estima o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV) por meio do Monitor do PIB. Neste patamar, a economia brasileira já tem o pior desempenho desde 1990, quando o recuo do PIB foi de 4,3%.

Segundo o Monitor da FGV, sete das 12 atividades que compõem o PIB apresentam queda em 12 meses até novembro.

Os destaques são as indústrias de transformação (-9,1%) e construção (-8,2%), além de comércio (-7,5%) e transportes (-5,6%). No sentido contrário, a indústria extrativa mineral apresentou crescimento de 7,4% nesta base de comparação, enquanto a agropecuária avança 2,0%.

Sob a ótica da demanda, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) liderou o "processo recessivo", segundo a FGV.

Em retração desde agosto de 2014, os investimentos no PIB acumulam queda de 13,0% em 12 meses até novembro de 2015. O componente máquinas e equipamentos, de maior peso dentro da FBCF, apresenta recuo de 24,0% no período, estima o Monitor.

O consumo das famílias, por sua vez, caiu 2,9% em 12 meses até novembro, aproximando-se também do pior resultado em 25 anos. Seu componente mais importante, os serviços (transporte, alugueis, outros serviços), apresentou redução de 0,7% no período.

Também tiveram resultados negativos os bens não duráveis (alimentos, bebidas, combustíveis, etc.), com queda de 1,6%; os semiduráveis (vestuário, plásticos, etc.), com recuo de 5,7%; e os duráveis (veículos, eletrodomésticos, nacionais e importados), com perda de 13,8% no período.

As importações, que desaceleraram fortemente devido ao freio no consumo das famílias e também à desvalorização do real ante o dólar, recuaram 11,7% em 12 meses até novembro.

A importação de duráveis apresenta o pior resultado, com queda de 21,6%, embora as demais categorias também apresentem números negativos: importação de bens de capital (-16,1%) e de bens intermediários (-12,5%).

Já as exportações ganharam força na esteira do câmbio desvalorizado. Desde setembro do ano passado, os embarques para o exterior conseguiram reverter a trajetória negativa e, em 12 meses até novembro, acumularam avanço de 4,5%.

O resultado, porém, é explicado principalmente pelo desempenho da indústria extrativa mineral (19,7%) e também pela exportação de produtos industrializados duráveis (2,2%). Os embarques de bens de capital ainda apresentam forte retração (-13,5%) no período.

O Monitor do PIB é um indicador de volume que estima as Contas Nacionais brasileiras de acordo com as mesmas fontes de informação e metodologia empregadas pelo IBGE, responsável pelas estatísticas oficiais do PIB.

As informações são disponibilizadas mensalmente para 12 atividades econômicas e cinco componentes da demanda em dados com e sem ajuste sazonal - além de desagregações especiais que não costumam ser divulgadas pelo IBGE.

Setor produtivo aprova decisão do Banco Central de não aumentar a taxa de juros

21/01/2016 – Fonte: EM.com

A piora na economia internacional no início deste ano pode ter determinado a decisão do Banco Central de não aumentar a taxa de juros. Para a indústria, a decisão foi acertada para evitar o aprofundamento da crise econômica.

O economista-chefe do Banco Safra, Carlos Kawall, lamentou a guinada na comunicação do BC, que confundiu o mercado, mas disse que a decisão, tomada em função do crescimento global mais fraco e do derretimento das commodities, pode ter sido a melhor.

“Há uma turbulência global. O real está com um comportamento relativamente tranquilo diante de tudo o que está acontecendo. E a queda do petróleo pode ser positiva para os preços dos combustíveis no Brasil. Acredito que essas duas coisas motivaram a mudança de percepção do BC”, disse.

Kawall ressaltou que não compra a ideia de que a autoridade tinha uma ideia e mudou depois da reunião com a presidente Dilma Rousseff. “Existe pressão do governo para ele não subir os juros, é claro. Mas tem muito especialista também dizendo que ele não deveria subir”, alertou.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o BC tomou a decisão mais sensata “diante da recessão da economia brasileira e das incertezas do cenário global.

“A indústria considera inaceitável a inflação de dois dígitos. Mas destaca que os aumentos recentes dos índices são resultado dos reajustes dos preços administrados, das expectativas negativas e da inércia inflacionária. Por isso, o uso da taxa de juros como único instrumento de controle da inflação é pouco efetivo e aprofunda a recessão”, afirmou em nota.

Para a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), apesar de a inflação está elevada, a decisão do Copom foi acertada diante dos indicadores de desaceleração da economia e aumento do desemprego.

“Pelo que temos observado, a política de juros elevados do Banco Central provavelmente não será capaz de afetar substancialmente a dinâmica da inflação futura, mas certamente desestimulará consideravelmente o investimento produtivo no país, pressionando a oferta de empregos, reduzindo o consumo das famílias e, conseqüentemente, impedindo a retomada do crescimento econômico”, diz a Fiemg em nota divulgada ontem. Para a entidade, a recessão vai frear os aumentos de preços.

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte, Bruno Falci, também avaliou que a decisão foi acertada e que um aumento dos juros nesse momento seria “ineficaz” do ponto de vista do controle da inflação.

“Estamos vivenciando um momento difícil na política monetária, com retração da atividade econômica e a possibilidade da existência da dominância fiscal (que acontece quando o déficit fiscal é muito grande e pode comprometer a capacidade de pagamento do país, gerando instabilidade no câmbio e uma “fuga” de capital). E um estado com dominância fiscal acaba tornando o aumento da taxa de juros ineficaz para o controle da inflação”, afirmou Falci.

Juiz abre ação por desvios na Petrobras desde o governo FHC

21/01/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A Justiça Federal no Rio de Janeiro aceitou a denúncia do Ministério Público Federal sobre esquema de pagamento de US\$ 42 milhões em propinas entre 1997 e 2012 por meio de contratos de aluguel de navios-plataforma envolvendo representantes da empresa holandesa SBM Offshore e funcionários da Petrobras. Trata-se da primeira ação penal a envolver suspeitas de desvios desde o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

No despacho de 13 de janeiro deste ano, o juiz substituto da 3.^a Vara Federal Criminal do Rio, Vitor Barbosa Valpuesta, disse que a materialidade e a autoria dos crimes estão “minimamente configuradas”. “Há, portanto, justa causa para o prosseguimento da ação penal”, diz.

Com isso, tornam-se réus os ex-diretores da petroleira Jorge Luiz Zelada (Internacional) e Renato Duque (Serviços), o ex-gerente executivo de Engenharia Pedro Barusco e o ex-funcionário Paulo Roberto Buarque Carneiro.

Também são alvos da ação Julio Faerman e Luís Eduardo Campos Barbosa da Silva, que representaram a SBM Offshore no Brasil. Faerman e Barusco firmaram acordos de delação premiada com a Justiça do Rio e colaboram nas investigações.

O juiz aceitou também as denúncias contra três membros do alto escalão da SBM, incluindo dois ex-presidentes, acusados de ordenarem os pagamentos. Como os quatro réus são estrangeiros, o juiz determinou que o processo seja desmembrado para dar rapidez à ação que envolve réus brasileiros.

Portanto, a ação contra os executivos da SBM tramitará separadamente. O envolvimento da companhia se deu quando era representada por Julio Faerman, personagem-chave do esquema das propinas.

As investigações sobre o esquema envolvendo a SBM começaram antes da Operação Lava Jato. Segundo as autoridades, os pagamentos a funcionários da Petrobras feitos pela empresa da Holanda eram recompensas por informações privilegiadas e favorecimento em licitações. A reportagem não conseguiu contato com as defesas dos citados.

Manutenção dos juros em 14,25% ao ano foi sensata, diz CNI

21/01/2016 – Fonte: Portal CNI

A CNI reafirma que a solução para a crise, o êxito no combate à inflação e o restabelecimento da confiança no país dependem da consolidação de um ajuste fiscal permanente.

A avaliação foi feita nesta quarta-feira (20), pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), logo depois do anúncio da decisão do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom).

A indústria considera inaceitável a inflação de dois dígitos. Mas destaca que os aumentos recentes dos índices são resultado dos reajustes dos preços administrados, das expectativas negativas e da inércia inflacionária. Por isso, o uso da taxa de juros como único instrumento de controle da inflação é pouco efetivo e aprofunda a recessão.

A CNI reafirma que a solução para a crise, o êxito no combate à inflação e o restabelecimento da confiança no país dependem da consolidação de um ajuste fiscal permanente, com mecanismos de controle efetivo dos gastos públicos, e de reformas que melhorem o ambiente de negócios e a produtividade das empresas.

Entre as medidas inadiáveis estão a revisão da Previdência Social, a modernização das leis do trabalho, a redução da burocracia, a ampliação da infraestrutura e a simplificação dos tributos.

Exportação precisa ser estratégia de negócio, diz Diego Bonomo

21/01/2016 – Fonte: Portal CNI



Para o gerente-executivo de Comércio Exterior da CNI, foco nas vendas para o exterior não pode ser uma válvula de escape para o momento ruim do mercado interno. Ele participou de uma conversa com internautas via Facebook.

O gerente-executivo de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diego Bonomo, conversou com internautas na terça-feira (19), no perfil da CNI no Facebook, sobre os posicionamentos do setor industrial e as perspectivas para o Comércio Exterior em 2016.

Durante o face to face, Bonomo explicou que a estratégia da CNI é redobrar os esforços junto ao governo para o Brasil negociar mais acordos comerciais e de investimentos com seus principais parceiros.

Segundo ele, em 2016, o país tem duas grandes oportunidades: concluir um acordo de livre comércio com o México, lançado no ano passado; e deslançar a negociação com a União Europeia, que se arrasta há mais de 15 anos. "Com novos acordos, nossas empresas poderão competir em condição de igualdade com seus concorrentes de outros países", explicou.

FACE TO FACE - A ferramenta nada mais é que um bate-papo em tempo real. O internauta faz a pergunta nos comentários da imagem publicada no Facebook e o entrevistado responde aos questionamentos também via comentários.

CNI defende que governo assine acordos de patentes com China, Coreia do Sul, Japão e União Europeia

21/01/2016 – Fonte: Portal CNI



A cooperação entre Brasil e Estados Unidos, que permite a análise rápida dos pedidos de patentes entre os dois países, entrou em vigor neste mês. O projeto-piloto facilitará investimentos e inovação.

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) avalia que a ausência de um sistema adequado de proteção da propriedade intelectual desvaloriza ativos, inibe investimentos e eleva os custos das empresas que tentam superar as deficiências de proteção do Estado.

Por isso, a instituição considera um avanço importante o acordo de cooperação que os governos do Brasil e dos Estados Unidos assinaram para acelerar a análise dos registros de patentes, que acaba de entrar em vigor.

O Procedimento Acelerado de Patentes (PPH, em inglês) entre Brasil e EUA está na fase de projeto-piloto, mesmo assim a CNI entende que é o momento de começar a negociar um acordo semelhante com China, Coreia do Sul, Japão e União Europeia.

Dessa forma, será criado um ambiente favorável à defesa do direito de propriedade intelectual e a proteção e gestão de negócios com bens intelectuais, que são condições fundamentais para a competitividade.

“A capacidade de inovação da indústria tem relação direta com os níveis de proteção intelectual e, sem a garantia do direito de propriedade, as empresas adiam suas decisões de investimento e deixam de inovar”, diz o diretor de Desenvolvimento Industrial da CNI, Carlos Abijaodi.

A COOPERAÇÃO - Pelo PPH entre o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e o Escritório Americano de Patentes e Marcas (USPTO, na sigla em inglês), os pedidos de registro feitos a partir de 11 de janeiro de 2013 (três anos antes do estabelecimento da cooperação, no último 11 de janeiro) poderão encaminhar o exame de patentes para o escritório do outro país.

O programa tem duração limitada de dois anos ou até 150 pedidos. O INPI só examinará via PPH os pedidos dos setores de petróleo e gás vindos dos EUA. Do lado americano, não há restrição.

De acordo com o *Global Competitiveness Report 2016*, pesquisa anual do *World Economic Forum* feita com 144 países, o Brasil está estacionado na 75ª posição do ranking de Direito de Propriedade Intelectual. A propriedade intelectual é reconhecida como um dos temas mais importantes nas relações comerciais da atualidade, com conceito definido internacionalmente nas regras estipuladas pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Dívidas, demografia e crises internas enterram ambições de países do Brics

21/01/2016 – Fonte: The Wall Street Journal



Há cinco anos, os maiores países em desenvolvimento do mundo estavam dominando o globo e seu crescimento econômico emergente alimentava os temores do Ocidente de que uma nova ordem mundial estava se formando.

Mas em vez de levar a economia mundial para águas mais serenas, os países do chamado Brics — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — agora estão afundando.

O fraco consumo global, a queda nos preços das commodities e uma série de outros problemas econômicos e políticos levaram a Rússia e o Brasil a uma recessão e impulsionaram o maior êxodo de capital dos mercados emergentes em mais de 20 anos, com os investidores retirando US\$ 500 bilhões líquidos nos últimos 12 meses.

O futuro econômico desses países é incerto. E seus esforços para formar um bloco que desafiaria o poder coletivo do grupo das sete maiores economias industriais têm sido vistos com uma dose saudável de ceticismo, alimentado agora por perspectivas cada vez mais sombrias para o grupo.

“A expectativa de uma nova ordem mundial dos Brics foi um pouco exagerada”, diz Hung Tran, diretor executivo do Instituto para Finanças Internacionais, entidade que reúne instituições financeiras globais. À medida que as economias avançadas aceleram e os mercados emergentes enfraquecem, a ideia de que os emergentes ganhariam um peso maior e um papel mais importante na coordenação econômica perdeu força, diz Tran.

Há poucos anos, ninguém esperaria tal reversão. A China crescia a uma taxa média de mais de 10% ao ano, atingindo o pico de 14% em 2007.

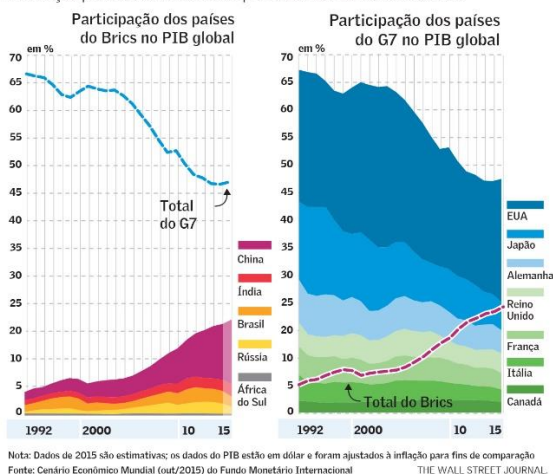
O crescimento médio da Índia era de 8%; o da Rússia de 5%; e o do Brasil e África do Sul em torno de 4%. Colocando tudo em perspectiva, as economias do G-7 cresceram a uma média inferior a 1,4% no mesmo período.

Mas uma análise retrospectiva sugere que observadores e investidores deveriam ter desconfiado da história dos Brics.

Tais economias emergentes dependentes da exportação de commodities sempre estiveram inclinadas a altos e baixos, com suas ascensões e quedas ocorrendo em sintonia com as ondas da demanda global. Sua contribuição coletiva ao crescimento mundial caiu de um pico de quase 50% em 2013 para apenas 36% hoje.

Bloco em dispersão

No fim dos anos 2000, estimava-se que as economias em rápido crescimento dos países do Brics poderiam formar um bloco que desafiaria as potências tradicionais, como as do G7. Com a desaceleração dos países do Brics, as mudanças políticas e econômicas previstas não se materializaram.



Desde 2011, três fatores importantes que impulsionaram o crescimento estelar dos Brics foram revertidos. Os preços das commodities — que subiram cerca de 80% entre 1999 e 2011 — recuaram para níveis vistos pela última vez há mais de 10 anos. A taxa de crescimento do comércio mundial caiu da média de cerca de 7% ao ano registrada nos seis anos antes da crise global para perto de 2% agora.

E o crescimento da China — o grande propulsor do grupo — caiu vertiginosamente. Ontem ela divulgou que seu produto interno bruto avançou 6,9% em 2015, o ritmo mais baixo em 25 anos.

E corre o risco de estagnar agora que o governo chinês tenta transformar sua economia baseada nas exportações e inflada pelo excesso de crédito em um modelo mais sustentável e mais dependente do consumo interno.

Mas esses não são os únicos obstáculos prejudicando os Brics. Eles também enfrentam graves problemas com dívidas, turbulências políticas e grandes desafios demográficos. “As condições financeiras globais estão ficando mais difíceis e países emergentes e em desenvolvimento são especialmente sensíveis aos efeitos disso, porque enfrentam outras dificuldades”, diz o economista-chefe do Fundo Monetário Internacional, Maurice Obstfeld.

A maioria dos países acumulou pilhas de dívida durante uma era sem precedentes de dinheiro fácil, tomando emprestado mais do que as estimativas de crescimento permitiam. A dívida total dos emergentes atingiu um recorde de 200% do PIB — cerca de US\$ 58 trilhões — e o maior salto ocorreu no setor corporativo.

Isso está criando uma legião de complicações financeiras. A volatilidade cambial está colocando balanços financeiros no vermelho, à medida que o dólar mais forte encarece o pagamento de trilhões de dólares em dívidas emitidas em moeda americana com a receita em moedas locais. Enquanto fábricas ficam ociosas, o setor imobiliário também recua e outros ativos têm um desempenho pior, o que tem levado empresas à inadimplência.

O grande fardo da dívida deve impedir novos empréstimos necessários para impulsionar o crescimento e elevar os custos de financiamentos, especialmente à medida que empresas em apuros criam problemas para os credores que sustentam essas economias. E com a elevação dos juros pelo banco central dos Estados Unidos, o Fed, a pressão aumenta sobre os custos de empréstimos.

A política também está criando obstáculos ao crescimento. A economia dependente do petróleo da Rússia, já afetada pela queda nos preços do combustível, também foi golpeada pelas sanções devido a suas intervenções na Ucrânia. O governo brasileiro está prestes a

entrar em colapso devido a um amplo escândalo de corrupção, ameaçando a aguardada reestruturação econômica. E muitos economistas externos questionam se o Partido Comunista da China será capaz de domar os dragões da corrupção local e a atual turbulência financeira enquanto Pequim tenta ajustar sua economia.

Os países do Brics enfrentam ainda um dilema demográfico: a força de trabalho está crescendo mais lentamente ou, no caso da China, encolhendo. Isso reduz sua capacidade de expansão.

Para superar esses desafios crescentes, o FMI e o Banco Mundial alertaram que esses países devem adotar medidas urgentes para reformar suas economias e torná-las mais produtivas e competitivas.

As fórmulas são diferentes para cada país, mas incluem estímulo aos investimentos do setor privado, reformas no mercado de trabalho, proteções mais eficazes aos direitos de propriedade intelectual e apoio aos sistemas judiciários.

O Brasil e a África do Sul, por exemplo, devem resolver os gargalos críticos de infraestrutura que limitam o crescimento do comércio. A Rússia e a China devem incentivar uma concorrência maior nos mercados e privatizar estatais ineficientes.

Mas poucos economistas estão otimistas, e a maioria está ao menos preocupada com as perspectivas para os Brics. O Banco Mundial estima que a taxa de crescimento potencial dos Brics tenha caído para menos de 4% ante 6% há poucos anos.

Uma indicação essencial da inabilidade dos mercados emergentes para transformar suas economias pode ser encontrada numa publicação anual do Banco Mundial que compila o clima para negócios em países em todo o mundo.

Com a exceção da África do Sul, os países do Brics se moveram pouco nas listas. A Índia, por exemplo, ocupa o 130o lugar entre 189 países no relatório de 2016, subindo quatro posições em relação a 2007. O Brasil está no 116o lugar este ano, cinco acima do registrado em 2007.

Esforços para reformar suas economias se tornarão especialmente importantes, contudo, considerando que os preços das commodities devem permanecer baixos por um longo período e não há sinal de um aumento na demanda vindo das economias avançadas no curto prazo.

Todos esses fatores explicam por que o Banco Mundial e outros alertam que os Brics e outros mercados emergentes podem estar apenas no início de um era de fraco crescimento.

UE abre investigação sobre apoio da Bélgica e da Itália para indústria de aço

21/01/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

A agência antitruste da União Europeia vai investigar a concessão de benefícios estatais do governo da Bélgica ao setor de aço local, bem como a ajuda do governo da Itália à fabricante de aço Ilva.

A Comissão Europeia pediu que as autoridades belgas recuperem 211 milhões de euros concedidos a empresas de aço do Duferco Group. O órgão também investigará benefícios dados à italiana Ilva, que podem chegar a 2 bilhões de euros.

"O caso mostra que a ajuda estatal tem distorcido a competição e mantido vivos, às custas do contribuinte, produtores de aço que não são viáveis", disse a comissária europeia Margrethe Vestager.

Apesar da ajuda ilegal dada pelas autoridades belgas, a Duferco praticamente não tem mais atividades fabris no país, disse Vestager. No caso italiano, a comissão investiga a concessão de garantias estatais e empréstimos, assim como a aprovação de leis específicas para ajudar a Ilva a renovar sua fábrica de aço em Taranto, a maior da União Europeia.

O anúncio ocorre em um momento em que o setor de aço no continente luta contra o excesso de oferta e as importações baratas da China. Milhares de postos de trabalho do setor foram fechados nos últimos meses na região.

"A resposta a esse desafio deve ser melhorar a competitividade global de longo prazo", disse Vestager.

Setores de siderurgia e petróleo perdem importância no Ibovespa

21/01/2016 – Fonte: Valor Econômico

A crise nos setores de petróleo, mineração e siderurgia está fazendo com que as "blue chips" dessas áreas percam cada vez mais relevância no Ibovespa. Mudanças nas regras do índice e um ciclo desfavorável para os preços de matérias-primas fizeram o setor sair de uma fatia de 42% do indicador há dez anos para apenas 13,7% atualmente. Para analistas, há poucas chances de ações como Vale e Petrobras voltarem a ter o brilho de épocas passadas.

Para o Ibovespa, no momento, essa perda de fatia é positiva, já que faz o índice cair menos. Atualmente, o indicador é mais focado em ações financeiras, com 35% do total. Os papéis são os preferidos dos investidores e têm sofrido menos com o cenário atual, de fortes pressões ligadas à desaceleração da economia chinesa. O Índice Financeiro da Bovespa cai 8,8% este ano, enquanto o Ibovespa recua 13%. Já o Índice de Materiais Básicos perde 20,5%.

O valor de mercado das companhias acompanhou a derrocada na década. Usiminas PNA vale agora cerca de R\$ 2 bilhões, queda de aproximadamente 87% em uma década. Metalúrgica Gerdau perdeu 86% do valor no período, para R\$ 995 milhões.

CSN encolheu 75%, a R\$ 4,4 bilhões, e Gerdau, 72%, para R\$ 5,5 bilhões. As blue chips Vale e Petrobras tiveram perda de aproximadamente 65%. Vale tinha, no dia 18, valor de mercado de R\$ 42,6 bilhões, e Petrobras, de R\$ 73,8 bilhões.

Para especialistas, será difícil ver as blue chips retomarem a relevância antiga. "O minério não vai voltar para US\$ 100 a tonelada, nem o petróleo para US\$ 100 o barril", diz o presidente da Magliano Corretora, Raymundo Magliano Neto.

Para ele, a China mudou o modelo econômico, mais focado em serviços e consumo, e menos em indústria. Com isso, a demanda por matérias-primas como minério e petróleo deve ficar menor. Na visão dele, empresas globais que vendem alimentos e bebidas, como JBS, BR Foods e AmBev, devem ganhar espaço no Ibovespa.

O estrategista da Santander Corretora, Leonardo Milane, diz que as empresas brasileiras se prepararam para atender a uma demanda muito maior da China ao longo dos anos. Fizeram investimentos e, durante o processo, acabaram sendo pegos pela mudança de modelo econômico. "As companhias tiveram que continuar investindo nos projetos em um mundo com menos demanda. Para piorar, se endividaram."

Milane diz acreditar que a composição do Ibovespa se aproximará cada vez mais da estrutura do Produto Interno Bruto (PIB). Isso significa que os setores de mineração e petróleo podem até se recuperar um pouco, mas não voltarão a níveis de 2006. Cerca de 70% do PIB brasileiro vêm do setor de serviços, o que inclui o segmento financeiro, segundo

o IBGE. Já a indústria tem 24% do total, sendo que 3,8% vêm do setor extrativista, e 11,7% de transformação.

O estrategista não vê recuperação dos setores de mineração, siderurgia e petróleo no curto prazo. Um fator que pode ajudar, afirma, é uma disparada no crescimento da Índia. O país, diz, tornou-se uma grande expectativa no setor de commodities, pois, a exemplo da China, ainda possui um déficit grande em infraestrutura.

Para Celso Plácido, estrategista da XP Investimentos, a nova composição do Ibovespa torna essa retomada mais difícil, justamente pela perda de valor de mercado das ações do setor. A mudança no Ibovespa foi anunciada em setembro de 2013 e implementada em etapas, até meados de 2014. Analistas consideram que a carteira nova reflete melhor a economia do país, dando maior peso às empresas com valor de mercado relevante, ponderadas pela liquidez dos papéis.

Plácido diz não acreditar em retomada muito forte dos ciclos do minério de ferro e do petróleo. No caso do minério, as chances de recuperação são até maiores, porque o produto ainda não tem substitutos. Já o petróleo vem encontrando substitutos como o xisto, o álcool e a eletricidade, no caso dos combustíveis.

Após desastre em Mariana, BHP reduz estimativa para produção de minério de ferro

21/01/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

A BHP Billiton rebaixou suas expectativas para a produção anual de minério de ferro, na esteira do rompimento da barragem de Mariana (MG), e reforçou seu comprometimento em proteger seu balanço, em meio a um declínio dos preços das commodities.

Hoje, a companhia anglo-australiana afirmou que espera uma produção de 237 milhões de toneladas de minério de ferro no ano encerrado em junho - uma queda em relação à projeção anterior de +247 milhões de toneladas.

A companhia estava conectada ao incidente da Samarco e disse que melhoramentos na produtividade devem compensar os recentes reveses na produção de minério de ferro na Austrália, incluindo o descarrilamento de um trem e a suspensão do fornecimento de energia.

A mineradora reportou um aumento de 4% da produção de minério de ferro - em termos anuais no primeiro semestre, para 118 milhões de toneladas.

Setor será dizimado por uma regra equivocada, diz Afif sobre ICMS

21/01/2016 – Fonte: Pequenas Empresas Grandes Negócios

Está valendo desde primeiro de janeiro deste ano uma nova regra para o recolhimento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para produtos vendidos pela internet ou telefone.

Antes, o ICMS ficava com o estado de origem da venda do produto. Agora, a Emenda Constitucional 87/2015 determina que o pagamento seja feito ao estado de destino da mercadoria.

A medida também obriga o empresário a se cadastrar no fisco do estado para o qual está vendendo, ou seja, o empresário terá que se registrar em até 27 secretarias de fazenda diferentes.

A mudança é gradual e deve ser concluída em 2019. O argumento do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) é que a nova regra permite partilhar os valores entre os estados.

O fato é que a regra está aumentando a burocracia e esmagando as pequenas empresas, segundo Guilherme Afif Domingos, presidente do Sebrae, que capitaneia um movimento para suspender a nova cobrança.

Em entrevista exclusiva a **Pequenas Empresas & Grandes Negócios** após reunião no Ministério da Fazenda, na tarde desta quarta-feira, Afif disse que o próximo passo é entrar com uma Ação de Inconstitucionalidade (ADI) no Supremo Tribunal Federal. "A pequena empresa não pode esperar", diz. Confira a entrevista abaixo:

Como foi a reunião de hoje, em Brasília?

A reunião foi com os técnicos do Confaz. Nós transmitimos a nossa posição muito clara de que devem ser suspensos imediatamente os efeitos da cláusula 9 da convenção [*Convênio ICMS 93*] no que se refere à micro e pequena empresa. Até porque essa cláusula violenta os direitos fundamentais do tratamento diferenciado da micro e pequena empresa.

Qual o problema do novo modelo?

O sistema que foi concebido é medieval. Quando se tem instrumentos como a nota fiscal eletrônica, você poderia fazer tudo eletronicamente, inclusive com uma câmara de compensação e repasse de recursos. Paga de uma vez só e o sistema faz a divisão. Isso seria algo mais moderno e não essa estrutura bizarra que foi criada. Embora o sistema seja totalmente irracional, dá tempo de trabalhar em cima de um sistema e nós nos propusemos a ajudar a criar esse sistema que faça tudo automaticamente.

E o que se espera agora?

Eles têm que convocar uma reunião para avaliar. Mas, no que se refere aos direitos de micro e pequenas empresas, não dá para esperar. Segundo a Fenacon (*Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas*) e especialistas do e-commerce, a mudança do ICMS fecha uma empresa de e-commerce por minuto. Na dúvida, vamos entrar com pedido no Supremo para uma liminar de suspensão da cláusula nona. Tem que esperar só o supremo voltar do recesso. O fundamental para nós agora é a liminar.

Se a regra não mudar, qual será o efeito para as empresas de pequeno porte?

Vai continuar o fechamento das pequenas empresas. O setor será dizimado por uma regra equivocada que não serve nem ao setor nem ao Fisco. O empresário tem que fazer um cadastro para cada estado. É algo bizarro. As grandes empresas têm estrutura para aguentar. Eu acredito que esse grito de alerta que está sendo dado vai ser a gota d'água que vai transbordar esse sistema burocrático. A sociedade não aceita mais isso.

Comércio entre países da América Latina caiu 21% em 2015

21/01/2016 – Fonte: EM.com

A evasão fiscal chega a US\$ 320 bilhões anuais nos países latino-americanos, segundo a secretária executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), Alicia Barcena. O dinheiro enviado ilegalmente ao exterior soma US\$ 150 bilhões por ano. O estudo com esses dados e informações detalhadas por país ainda será publicado pela organização.

A secretária Alicia Barcena coordenou na quarta-feira, 20, à tarde, no Fórum Econômico Mundial, um painel sobre transformações na região. Ela mesma contribuiu com um dado importante para mostrar a baixa integração econômica na região. No ano passado, enquanto o comércio exterior latino-americano diminuiu 14%, as trocas intrarregionais encolheram 21%.

Os países mais fechados da América Latina continuam sendo os do Mercosul e sua negociação mais ambiciosa - com a União Europeia - continua emperrada. O próximo passo deve ser a troca de ofertas entre os dois blocos.

Mas a troca só ocorrerá se os dois lados apresentarem suas propostas ao mesmo tempo, disse na quarta a ministra de Relações Exteriores da Argentina, Susana Malcorra, numa entrevista depois do painel.

Os governos do Mercosul, explicou a ministra, só levarão adiante a discussão quando os europeus esclarecerem suas intenções em relação ao comércio de produtos agropecuários.

A decisão de só apresentar a proposta quando a União Europeia puser sua oferta sobre a mesa já havia sido indicada pelo governo brasileiro. Segundo fontes europeias, a abertura comercial oferecida pelo Mercosul - oficialmente ainda mantida sob reserva - é inferior aos padrões previstos na negociação.

Embora os dois governos tenham decidido unir-se para manter o impasse com a União Europeia, a ministra argentina reafirmou a disposição, anunciada pelo recém-eleito presidente Mauricio Macri, de trabalhar pela dinamização do Mercosul, com eliminação das barreiras entre os países do bloco e maior empenho na busca de acordos com mercados relevantes. O bloco tem poucos acordos de livre-comércio, e só com economias em desenvolvimento, algumas com pouca presença nos mercados internacionais.

Dependência

Além de pouco integrados entre si, os latino-americanos, com exceção do México, são muito dependentes da exportação de commodities - matérias-primas e produtos pouco elaborados.

Todos foram afetados pela queda dos preços das commodities, determinada em grande parte pela desaceleração da economia chinesa. O Produto Interno Bruto (PIB) da China cresceu no ano passado 6,9%, segundo informação oficial divulgada nesta semana.

Pela primeira vez, em mais de 20 anos, a variação anual ficou abaixo de 7,0%. O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê para a economia chinesa taxas de expansão de 6,3% neste ano e de 6,0% no próximo.

O baixo crescimento da segunda maior potência econômica do mundo e principal importadora das commodities latino-americanas é mais um sinal - reconhecido pelos participantes do painel - da urgência de mudança do padrão comercial da região.

No caso do Brasil, a dependência excessiva de exportações de produtos básicos e, portanto, da demanda chinesa, resulta de uma decisão política formulada em 2003, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu dar prioridade à integração comercial com os países emergentes, enquanto os governos de vários outros emergentes, incluída a China, davam atenção preferencial aos mercados mais desenvolvidos.

Apesar das dificuldades comerciais, os participantes do painel mostraram otimismo em relação a mudanças na região, com destaque para a derrota do kirchnerismo na Argentina, a vitória da oposição na eleição para o Legislativo na Venezuela e a expectativa de acordo entre Estado e a guerrilha na Colômbia.

Arrecadação de tributos federais em 2015 totaliza R\$ 1,221 trilhão, diz Receita

21/01/2016 – Fonte: EM.com

A crise econômica derrubou a atividade econômica brasileira em 2015 e afetou fortemente o pagamento de impostos pelas empresas e pessoas físicas. Dados divulgados nesta quinta-feira, pela Receita Federal mostram que, no ano passado, a arrecadação de tributos pelo órgão alcançou R\$ 1,221 trilhão, uma queda real de 5,62% em relação ao ano de 2014. Foi o pior desempenho anual desde 2010, considerando os valores corrigidos pela inflação.

Em dezembro, o recolhimento de impostos e contribuições federais somou R\$ 121,502 bilhões, uma queda real de 4,32% na comparação com o mesmo mês de 2014. Foi o pior desempenho para meses de dezembro desde 2009.

A arrecadação de dezembro veio dentro do intervalo das estimativas coletadas pelo AE Projeções, que foi de R\$ 105,156 bilhões a R\$ 126,0 bilhões, de acordo com pesquisa com 17 instituições do mercado financeiro.

O resultado ficou acima da mediana projetada de R\$ 116 bilhões. Para o ano fechado de 2015, as estimativas de 14 casas foram de R\$ 1,190 trilhão a R\$ 1,232 trilhão, com mediana de R\$ 1,216 trilhão.

Desonerações

Mesmo com a redução das desonerações concedidas em 2015, o valor dos incentivos resultou em uma renúncia fiscal de R\$ 103,262 bilhões entre janeiro e dezembro, valor 3,87% superior à registrada em 2014. A maior parte da renúncia foi com a desoneração da folha de pagamentos, que, mesmo com a reversão do incentivo, somou R\$ 24,149 bilhões em 2015, crescimento de 9,24%.

Em dezembro, as desonerações concedidas pelo governo totalizaram R\$ 7,907 bilhões, 27,04% menor do que no mesmo mês de 2014 (R\$ 10,837 bilhões).

Receitas extraordinárias

A Receita Federal arrecadou R\$ 13,1 bilhões em receitas extraordinárias no ano passado, o que não evitou a queda real de 5,62% em 2015 em relação a 2014. Esse montante é resultado principalmente do pagamento de tributos gerados pela transferência de ativos entre empresas (R\$ 4,6 bilhões) e recuperação de débitos em atraso em decorrência de ações fiscais (R\$ 7,5 bilhões).

Além disso, a concessão de parcelamentos especiais em 2014 ajudou a inflar a base daquele ano. Em 2015, as receitas de parcelamentos como o Refis somaram R\$ 22,32 bilhões, ante R\$ 40,43 bilhões no ano anterior.

Tributos

A queda na arrecadação atingiu grande parte dos tributos no ano passado, principalmente os relacionados à atividade econômica e ao mercado de trabalho. O pagamento do IRPJ/CSLL caiu 13,82%, somando juntos R\$ 183,5 bilhões. A receita previdenciária teve queda de 6,59%, totalizando R\$ 379,4 bilhões. O recolhimento do IPI caiu 16% e do Cofins/PIS-Pasep, 4,9% .

Em relação aos contribuintes, houve queda de 8,83% no montante pago pelo comércio atacadista (R\$ 69,7 bilhões), 14% por fabricantes de veículos automotores (R\$ 32 bilhões) e 6,87% no comércio varejista (R\$ 58,1 bilhão).